5.º

Dispensa de frequência de unidades curriculares

Os titulares do diploma de especialização tecnológica em Microbiologia que sejam admitidos à matrícula e inscrição nos cursos a que se refere o número anterior são dispensados da frequência de um conjunto de unidades curriculares constantes do anexo ao presente despacho.

6.º

Caducidade da autorização de funcionamento

A autorização de funcionamento conferida pelo presente despacho caduca caso o curso não inicie o seu funcionamento efectivo no prazo de um ano a contar da data da sua publicação.

7.º

Renovação da autorização de funcionamento

1 — A renovação da autorização de funcionamento pode ser requerida até 90 dias antes do fim do ciclo de formação autorizado.

2 — Do pedido de renovação da autorização de funcionamento devem constar:

- A comprovação, através de avaliação externa, da necessidade formativa;
- A declaração, sob compromisso de honra, da continuidade da satisfação dos pressupostos, designadamente em termos de recursos e de protocolos que fundamentaram a presente autorização.

9 de Novembro de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches**Curso de especialização tecnológica em Microbiologia**

Prosseguimento de estudos

Estabelecimento de ensino	Curso	Unidades curriculares
Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches	Análises Clínicas e de Saúde Pública	Informática I. Química Analítica. Microbiologia Geral. Microbiologia Aplicada.
	Farmácia	Informática I. Fundamentos de Química Analítica. Microbiologia Geral.

Despacho n.º 24 658/2005 (2.ª série). — Considerando que o Decreto-Lei n.º 23/2004, de 23 de Janeiro, estabelece o regime da reserva fiscal para a constituição de uma reserva especial utilizável em investimento elegível em immobilizado corpóreo ou em despesas de investigação e desenvolvimento;

Considerando que este regime é aplicável aos períodos de tributação que se iniciem em 2003 e 2004 e cujas despesas de investimento se efectuem nos dois exercícios seguintes àquele a que o imposto respeita;

Considerando que, nos termos do artigo 8.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 23/2004, de 23 de Janeiro, deve constar do processo de documentação fiscal do sujeito passivo uma declaração comprovativa de que as despesas efectuadas ou a efectuar correspondem, efectivamente, a despesas em investigação e desenvolvimento e que satisfazem os respectivos requisitos legais;

Considerando que a declaração referida supra é emitida por entidade nomeada por despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, nos termos do artigo 8.º, n.º 3, *in fine*;

Considerando que, pelo artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, esta competência cabe ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Nos termos do artigo 8.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 23/2004, de 23 de Janeiro, e tendo sido ouvidos os responsáveis da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Observatório da Ciência e do Ensino Superior e da Agência de Inovação, determino que é competente para emitir a declaração a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 23/2004, de 23 de Janeiro, a comissão certificadora criada pelo n.º 1 do despacho n.º 3368/98, de 31 de Dezembro de 1997, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Fevereiro de 1998, sendo ainda aplicáveis os n.ºs 2 a 9 e 11 e o regulamento interno referido no n.º 10 do mesmo despacho.

9 de Novembro de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Despacho (extracto) n.º 24 659/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Outubro de 2005 do presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.:

Maria do Rosário Santos de Sá Couto Costa, assessora de biblioteca, arquivo e documentação (BAD) do quadro do Observatório da Ciência e do Ensino Superior — transferida para idêntica categoria

do quadro de pessoal da Fundação para Ciência e a Tecnologia, I. P., a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Fernando Ramôa Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA CULTURA**Gabinete da Ministra**

Despacho n.º 24 660/2005 (2.ª série). — Considerando que nos dias 16 e 17 de Novembro de 2005 irão decorrer em Portugal, pela primeira vez, as celebrações do Dia Mundial do Mar;

Considerando que constitui missão do Ministério da Cultura desenvolver políticas de divulgação do património cultural;

Considerando que importa sensibilizar os diversos públicos para a importância da história e da cultura em Portugal;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo único do Decreto-Lei n.º 178/82, de 15 de Maio, determino:

1 — O acesso gratuito nos dias 16 e 17 de Novembro de 2005 aos museus e monumentos a seguir indicados:

Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves;
Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso;
Fortaleza de Sagres;
Torre de Belém.

2 — Dê-se conhecimento deste despacho ao IPPAR e ao IPM, bem como da necessidade da sua divulgação e publicação nos próprios locais de visita e respectivos *sites* na Internet.

10 de Novembro de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 24 661/2005 (2.ª série). — Por despacho da inspecção-geral das Actividades Culturais de 15 de Novembro de 2005:

Maria de Lurdes Panta Freire, assistente administrativa do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais —

nomeada, na sequência de concurso interno de acesso geral misto, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 1, índice 222, com efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 24 662/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 16 de Novembro de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. José António Gonçalves de Castro, juiz de direito interino da 2.ª Vara Mista de Guimarães — nomeado, como requereu, juiz de direito efectivo da mesma Vara, nos termos do artigo 45.º, n.º 3, da Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio.

Dr. Paulo Joaquim de Almeida Coelho, juiz de direito interino do Círculo Judicial de Caldas da Rainha — nomeado, como requereu, juiz de direito efectivo do mesmo Círculo, nos termos do artigo 45.º, n.º 3, da Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio.

(Posse imediata.)

16 de Novembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Reitoria

Despacho n.º 24 663/2005 (2.ª série). — Designo, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, o júri das provas de mestrado em Gestão e Conservação da Natureza requeridas pela licenciada Rosa Vitória Pinheiro Marques:

Presidente — Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, professor auxiliar da Universidade dos Açores (por designação do reitor).

Vogais:

Doutor José Manuel Henriques Simões, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutora Regina Maria Pires Toste Tristão da Cunha, professora auxiliar da Universidade dos Açores.

Doutora Helena Maria Gregório Pina Calado, professora auxiliar da Universidade dos Açores.

Doutor João José Monteiro Mora Porteiro, professor auxiliar da Universidade dos Açores.

2 de Novembro de 2005. — O Vice-Reitor, *José Luís Brandão da Luz*.

Despacho n.º 24 664/2005 (2.ª série). — Designo, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, o júri das provas de mestrado em Produção Animal, requeridas pela Licenciada Isabel Alexandra Teixeira de Venido Carvalhais:

Presidente — Doutor Joaquim Fernando Moreira da Silva, professor auxiliar da Universidade dos Açores (por designação do reitor).

Vogais:

Doutor António Eduardo Monteiro Horta, investigador-coordenador da Estação Zootécnica Nacional.

Doutora Célia Costa Gomes da Silva, professora auxiliar da Universidade dos Açores.

Doutora Rosa Maria Lino Neto Pereira, investigadora auxiliar da Estação Zootécnica Nacional.

2 de Novembro de 2005. — O Vice-Reitor, *José Luís Brandão da Luz*.

Despacho n.º 24 665/2005 (2.ª série). — Designo, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, o júri das provas de mestrado em Produção Animal, requeridas pela licenciada Oihane Abaurrea Erkizia:

Presidente — Doutor José Estevam da Silveira Matos, professor catedrático da Universidade dos Açores (por designação do reitor).

Vogais:

Doutor Jorge Alberto Simões, investigador principal da Estação Zootécnica Nacional.

Doutor Oldemiro Aguiar do Rego, professor auxiliar da Universidade dos Açores.

Doutor Joaquim Fernando Moreira da Silva, professor auxiliar da Universidade dos Açores.

Doutor Henrique José Duarte Rosa, professor auxiliar da Universidade dos Açores.

2 de Novembro de 2005. — O Vice-Reitor, *José Luís Brandão da Luz*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1660/2005. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Sandra Viviana Rombinha Dias — autorizado contrato administrativo de provimento como leitora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, em regime de tempo parcial (30%), por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, renovável por contratos com a duração de três anos, renováveis por iguais períodos, auferindo a remuneração íliquida mensal correspondente ao índice 140.

20 de Setembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 1661/2005. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Gisela Maria Farias Rocheta — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação (30%), para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração íliquida mensal correspondente ao índice 135.

10 de Outubro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 1662/2005. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Bacharel Maria Luísa Moreira Geada — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação (20%), para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração íliquida mensal correspondente ao índice 135.

11 de Outubro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 1663/2005. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Eduardo Manuel da Costa Lucas — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação (20%), para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de seis meses, auferindo a remuneração íliquida mensal correspondente ao índice 135.

12 de Outubro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 1664/2005. — Por despacho de 1 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Marisa Isabel Silva Cesário — autorizado o contrato administrativo de provimento como monitora da Faculdade de Economia